



## **2º AVISO – CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS (PO SEUR)**

### **EIXO PRIORITÁRIO 2**

PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS (FUNDO DE COESÃO)

### **OBJECTIVO TEMÁTICO**

5- PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

### **PRIORIDADE DE INVESTIMENTO (PI)**

5.ii – PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA ABORDAR RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES

### **TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO**

10-PLANEAMENTO E GESTÃO DE RISCOS

### **OBJETIVO ESPECÍFICO 2**

REFORÇO DA GESTÃO FACE AOS RISCOS, NUMA PERSPECTIVA DE RESILIÊNCIA, CAPACITANDO AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

### **SECÇÃO REGULAMENTO ESPECÍFICO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS (RE SEUR)**

12 -ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO  
E GESTÃO DE RISCOS

ALÍNEA i) MEDIDAS DA REDUÇÃO DA PERIGOSIDADE HIDROLÓGICA E DA VULNERABILIDADE TERRITORIAL

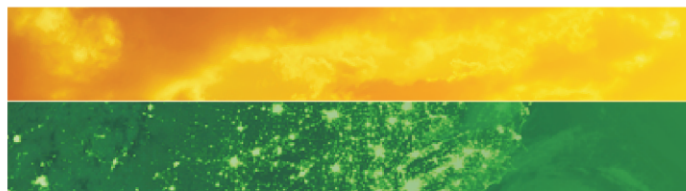
### **DESIGNAÇÃO SINTÉTICA DO ÂMBITO DO AVISO-CONVITE**

RECONSTRUÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA RIBEIRA DE SANTA LUZIA  
(TROÇO ENTRE O KM 0+ 195,38 E KM 0+ 386,38)

### **AVISO POSEUR-10-2015-33**

**DATA DE ABERTURA: 4 JANEIRO 2016**

**DATA DE FECHO: 31 MARÇO 2016**





## **AVISO - CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA**

### **PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS**

#### **1. Âmbito e Objetivos do Aviso - Convite**

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (doravante designado por POSEUR) poderá adotar a modalidade de Convite para apresentação de candidaturas em casos excecionais, nos termos do nº 1 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020.

O PO SEUR prevê, no seu Eixo Prioritário 2, o apoio a investimentos destinados a reforçar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão face a riscos específicos numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas, nomeadamente na Região Autónoma da Madeira.

Na Madeira, as situações de inundações mais frequentes são originadas, na sua maioria, por cheias rápidas com grande transporte de sedimentos, geralmente resultantes de episódios de precipitação muito intensa e concentrada, que afetam pequenas bacias hidrográficas caracterizadas por pequenos tempos de concentração, o que confere a estas cheias um regime torrencial, sendo em alguns casos devastadoras, especialmente em áreas urbanizadas.

No âmbito da “Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações”, assumem um carácter prioritário as intervenções na Região Autónoma da Madeira, que visem reduzir os riscos associados aos aluviões, tendo em conta os seus impactes destrutivos em termos de movimentos de massa, cheias e inundações, requerendo intervenções integradas ao nível dos sistemas hidrológicos, tendo também em consideração o impacte de fenómenos meteorológicos extremos, fatores que conjugados no passado recente (2010) tiveram efeitos catastróficos.

Ainda no domínio da “Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações”, pretende-se apoiar medidas de redução da perigosidade hidrológica e da vulnerabilidade territorial, de modo a garantir condições de vazão adequadas para responder a eventos de chuva forte, uma vez que se estima o aumento da frequência e intensidade das precipitações intensas.

Importa pois que o POSEUR utilize os recursos disponíveis no Eixo 2 para contribuir para o reforço da proteção contra os efeitos de aluviões, fenómeno de cheia associado ao transporte de um grande volume de sedimentos.

A Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020, por deliberação de 11/11/2015, prevê no seu plano de Avisos a abertura de um Aviso-Convite dirigido à Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus da Região Autónoma da Madeira, para regularização das Ribeiras da Madeira.

Neste sentido entendeu a Comissão Diretiva do POSEUR proceder à abertura do presente Aviso-Convite que se rege pela regulamentação comunitária e legislação nacional aplicáveis, bem como pelo Regulamento Específico do domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (RE SEUR) aprovado pela Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro. A sua divulgação é feita através do sítio da internet do POSEUR e no Portal 2020.



## **2. Tipologia de Operações**

A operação a candidatar deverá enquadrar-se na tipologia de intervenção prevista na alínea i) do ponto 2.2 do artigo 82º do RE SEUR para as operações localizadas na RAM tendo por base o Estudo sobre o Risco de Aluviões (ERAIM).

i) Medidas de redução da perigosidade hidrológica e da vulnerabilidade territorial, de modo a garantir condições de vazão adequadas para responder a eventos de chuva forte, influenciados pelas alterações climáticas em curso, e condicionados pelos cenários de projeção do clima futuro, que estimam o aumento da frequência e intensidade das precipitações intensas,

## **3. Beneficiário**

Entidade prevista na subalínea ii), da alínea b), do nº 1 do artigo 83º do RE SEUR: Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus da Região Autónoma da Madeira.

## **4. Âmbito Geográfico**

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 3º do RE SEUR.

## **5. Grau de Maturidade mínimo exigido às operações**

O grau de maturidade mínimo exigido para as operações na fase de apresentação de candidatura, consiste na evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, calendário de realização e orçamento, termos de referência e caderno de encargos e peças preparatórias do procedimento de contratação pública considerando o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do RE SEUR, que determina aos beneficiários a obrigação de iniciar a execução da operação no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do termo de aceitação da operação.

## **6. Prazo Máximo de Conclusão da Operação**

O prazo máximo de conclusão da operação é de 12 meses (doze meses), contados a partir da data de assinatura do Termo de Aceitação.

## **7. Natureza do Financiamento**

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso-Convite, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do artigo 86º do RE SEUR.

## **8. Dotação financeira máxima indicativa e taxa máxima de cofinanciamento**

A dotação máxima indicativa de Fundo de Coesão afeta ao presente Aviso-Convite é de € 3.060.000,00 (Três milhões e sessenta mil euros)



A taxa máxima de cofinanciamento Fundo de Coesão a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o nº 1 do artigo 8º do RE SEUR.

## **9. Período para receção das candidaturas**

O período para a receção de candidaturas decorrerá entre o dia 4 de janeiro de 2016 e o dia 31 de março de 2016.

## **10. Elegibilidade do beneficiário, das operações e das despesas a cofinanciar**

### **10.1 Critérios de elegibilidade do beneficiário**

O beneficiário abrangido pelo presente Aviso-Convite terá que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 6.º do RE SEUR, bem como declarar ou comprovar, se para tanto for notificado, que cumpre os critérios previstos no artigo 13º e que não está sujeito aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei nº159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº215/2015 de 6 de outubro.

### **10.2 Critérios de elegibilidade das operações**

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso-Convite têm que demonstrar o respeito pelos objetivos do presente Aviso-Convite e tipologias de operações nele previstas e demonstrar o grau maturidade mínimo estipulado no ponto 5, bem como evidenciar que satisfazem os critérios de elegibilidade das operações fixados no artigo 5.º do RE SEUR.

Para efeitos do cumprimento das alíneas i) e k) do artigo 5º, deverá também ser elaborado um Estudo de Viabilidade Financeira (EVF) para os projetos geradores de receitas e para demonstração da sustentabilidade das operações, nos termos definidos na Nota de Orientações para a Análise Financeira (Guião I a) para o apuramento e validação das Receitas Líquidas Descontadas (Funding Gap), através do preenchimento do Guião I b), quando aplicável.

Pela natureza dos riscos que a sua realização pretende prevenir, deverá ser comprovado que as zonas de intervenção das operações a candidatar se encontram elencadas nas zonas que comportam riscos de inundação reportadas à Comissão Europeia no âmbito do WISE (<http://cdr.eionet.europa.eu/pt/eu/floods>).

### **10.3 Critérios de elegibilidade das despesas**

10.3.1 São elegíveis as despesas respeitantes a intervenções das tipologias previstas no ponto 2 deste Aviso-Convite, incidentes no troço da Ribeira de Santa Luzia entre o Km 0+195,38 e Km 0+386,38

10.3.2 Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as despesas que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso-Convite, resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação, de acordo com o que se encontre previsto no artigo 7.º do RE SEUR.

Não são elegíveis imputações de custos internos da entidade beneficiária.



Não são ainda elegíveis despesas de consumo corrente ou despesas de funcionamento, mas apenas despesas de investimento, registadas como tal em contas de ativos tangíveis ou intangíveis, agregadas em conta específica para a operação.

## **11. Preparação e submissão da candidatura**

### **11.1. Submissão da candidatura**

A candidatura deverá ser submetida no Portal 2020, instruída de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro e nos termos e condições fixadas no presente Convite. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão Único do Portugal 2020.

### **11.2. Documentos a apresentar com a candidatura**

Além do formulário de candidatura que deverá ser preenchido de acordo com o Guião II – “*Preenchimento de Formulário no Balcão Único*”, a candidatura terá de incluir os documentos discriminados no Guião III - “*Documentos Instrução Candidatura*” (Excel) e ser submetida após preenchimento do referido Guião III e Guião IV – “*Minuta Declaração de Compromisso*” (pdf editável) disponíveis em formatos editáveis na página do Aviso no Balcão 2020.

Os documentos que instruem a candidatura devem ser anexados aquando do preenchimento do formulário de candidatura no Balcão 2020, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma.

A candidatura deve ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

## **12. Apuramento do Mérito da Candidatura**

### **12.1. Apuramento do Mérito**

Na avaliação do mérito da operação serão aplicados os critérios e a metodologia aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO SEUR, tendo em conta os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação constantes do “Anexo I – Parâmetros e Critérios de Seleção”.



## 12.2. Classificação a atribuir a cada critério de seleção

A classificação de cada critério é atribuída numa escala de [0...5], e resulta da aplicação do coeficiente de ponderação à pontuação dos respetivos parâmetros de avaliação, pontuação essa que obedecerá à escala referida anteriormente. A classificação será estabelecida até à 2ª casa decimal sem arredondamento.

## 12.3 Classificação Final

A Classificação Final (CF) da candidatura é estabelecida pela soma das Classificações dos Critérios de Seleção (C), constantes no Anexo I, através da seguinte fórmula:

$$CF = Pa \cdot Ca + Pb \cdot cb + Pd \cdot Cd + [(Pe1 \cdot Ce1) + (Pe2 \cdot Ce2)] + Pf \cdot Cf$$

Pa..Pf = Ponderação de Critérios

Pe1..Pe2 = Ponderação de Subcritérios

Ca...Cf = Classificação dos Critérios a), b), d) e f)

Ce1..Ce2 = Classificação dos Subcritérios

## 12.4 Seleção de Candidaturas

A operação apenas será selecionada para cofinanciamento do PO SEUR caso obtenha uma classificação final igual ou superior a 2,5 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia apresentada nos pontos anteriores.

## 13. Contratualização de resultados e de realizações no âmbito da operação

13.1. Na candidatura deverão ser propostas as metas pela entidade beneficiária a contratualizar com a Autoridade de Gestão do POSEUR para os seguintes indicadores de realização e de resultado:

Código do Indicador	Tipo Indicador	Designação do indicador	Unidade de Medida
O.05.02.03.C	Realização	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	N.º Pessoas
R.05.02.02.P	Resultado	Área para a qual o nível de risco foi reduzido ou eliminado	hectares

13.2. No caso do incumprimento das metas dos indicadores de realização e de resultados contratualizados ao nível de cada operação, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 6 de outubro, será aplicada uma redução do apoio à operação nos seguintes termos:

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado. Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, a incidir, para cada um dos indicadores, sobre 10% do montante a aprovar em saldo final, conforme simulador disponível em anexo ao presente Aviso (Guião V).



#### **14. Indicadores de Acompanhamento das operações**

14.1. Para além dos indicadores a contratualizar, a entidade beneficiária deverá incluir na candidatura a proposta e respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o respetivo ano alvo para a totalidade dos indicadores de realização e de resultado aplicáveis à operação, tendo como base a metodologia de apuramento constante do Anexo II – “*Indicadores de Realização e de Resultado*” ao presente Aviso-Convite, enquanto indicadores de acompanhamento da execução da operação.

14.2. No caso dos indicadores, em que a unidade de medida resulte da utilização de variáveis elementares (exemplo: taxas), essas variáveis elementares deverão ser indicadas no ponto da memória descritiva adequado para o efeito, de modo a justificar a meta proposta.

#### **15. Entidades Responsáveis pela Avaliação do Mérito e Decisão de financiamento**

A análise do mérito da operação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM (IDR), tendo em conta que esta entidade já celebrou o contrato de delegação de competências como Organismo Intermédio do PO SEUR, o qual tem efeitos a partir de 1 de agosto de 2015.

A aprovação da operação fica sujeita a confirmação pela Autoridade de Gestão do POSEUR.

#### **16. Esclarecimentos complementares**

O IDR pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, que devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data em que sejam formalmente solicitados. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

#### **17. Comunicação da Decisão ao Beneficiário**

Regra geral, a decisão sobre a candidatura apresentada será proferida pela Autoridade de Gestão do POSEUR, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro. Este prazo é suspenso nos períodos relativos à apresentação de documentos e esclarecimentos adicionais pelos beneficiários previstos no número anterior.

#### **18. Linha de atendimento**

Pedidos de informação ou de esclarecimento devem ser dirigidos para:

**Instituto de desenvolvimento Regional da Região Autónoma da Madeira**

Travessa do cabido n.º 16 – 9000-715 Funchal

[idr@gov-madeira.pt](mailto:idr@gov-madeira.pt)



**Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos**

Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 5 - 1099-019 Lisboa

[poseur@poseur.portugal2020.pt](mailto:poseur@poseur.portugal2020.pt)

Lisboa, 3 de dezembro de 2015

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional  
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos  
PO SEUR

Helena Pinheiro de Azevedo

**ANEXOS:**

Anexo I – Parâmetros e Critérios de Seleção

Anexo II – Indicadores de Realização e de Resultado

Guião I a) – Notas Orientações Análise Financeira

Guião I b) – Modelo Preenchimento EVF (formato excel)

Guião II – Preenchimento de Formulário no Balcão Único

Guião III – Documentos de Instrução Candidatura (formato excel editável)

Guião IV – Minuta da declaração de Compromisso (formato pdf editável)

Guião V – Simulador de Penalizações





## Anexo I – Parâmetros e Critérios de Seleção

	Critérios de Seleção	Densificação dos Critérios de Seleção	Parâmetros de avaliação dos critérios e subcritérios de seleção	Ponderação dos critérios e subcritérios (%) b) ii)	
				Sub-critérios	Critérios
Eficácia	a) Contributo para os indicadores definidos para a Prioridade de Investimento	Será avaliada a intensidade do contributo da operação para o indicador de realização definido para a Prioridade de Investimento: -População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações: Mais de 160 000 hab - 5 pontos Entre 20 000 e 160 000 hab - 3 pontos Inferior a 20 000 hab - 1 ponto	n.a	15
Adequação à Estratégia Setorial	b) Caráter prioritário da intervenção, face ao risco de acidentes graves e catástrofes relacionadas com riscos de cheias e inundações	Será avaliado o grau de prioridade conferido às intervenções nos Programas ou Planos que as enquadrem.	Grau de Prioridade: Nível de prioridade 1 - 5 pontos Nível de prioridade 2 – 4 pontos Nível de prioridade 3 – 3 pontos Não incluída - 0 pontos	n.a	30
Eficiência, Sustentabilidade e Inovação	d) Contributo para a resolução das vulnerabilidades do território	Será avaliado o contributo da operação para a resolução das vulnerabilidades do território que tenham risco de acidentes graves e catástrofes relacionados com riscos de cheias e inundações, de acordo com a Diretiva 2007/60, de 23 de Outubro (Diretiva relativa à avaliação e gestão dos riscos de inundações).	Risco Alto (engloba o risco alto e muito alto da Diretiva) – 5 pontos Risco Médio (engloba o risco médio da Diretiva) – 3 pontos Risco Baixo (engloba baixo e insignificante da Diretiva) – 1 ponto	n.a	20



**Abordagem Integrada**

e) Contributo para a promoção de soluções integradas, quer do ponto de vista das entidades intervenientes, quer do ponto de vista da sua operacionalização	Será avaliado o contributo da operação para a implementação de soluções integradas através do envolvimento de entidades representativas de diferentes setores e das complementaridades e sinergias que evidenciam, bem como da articulação dos diferentes Instrumentos de Gestão Territorial.	Existência de um conjunto de parceiros que evidencia elevadas complementaridades e sinergias: 5 pontos  Existência de um conjunto de parceiros que evidencia algumas complementaridades e sinergias: 3 pontos  Não existe parceria ou existe mas não evidencia complementaridades nem sinergias: 0 pontos	50	15
		Articulação de instrumentos de planeamento territorial: articula com dois ou mais instrumentos - 5 pontos articula com um instrumento - 3 pontos sem evidência de articulação - 0 pontos	50	
f) Nível de complementaridade com ações cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários	Será avaliada a complementaridade da operação com outras ações financiadas ou a financiar por outros instrumentos de financiamento, nacionais e/ou comunitários, introduzindo um fator de escala e ampliando os efeitos dessas ações	Ação complementar de outra ação cofinanciada - 5 pontos Não se verifica complementaridade - 0 pontos	n.a	20



## Anexo II - Indicadores de Realização e de Resultado

Código Indicador	Tipo Indicador	Designação Indicador	Contratualização com o beneficiário Sim / Não	Unidade Medida	Definição / Metodologia de Apuramento
O.05.02.03.C	Realização	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Sim	Pessoas	Número de pessoas expostas a risco de inundações cuja vulnerabilidade diminuiu em resultado direto das intervenções apoiadas. Deve ser considerada a população da menor unidade territorial aplicável (desagregada, pelo menos, à escala de concelho).
O.05.02.03.P	Realização	Linhas de água intervencionadas	Não	km	Extensão das linhas de água intervencionadas com vista à regularização fluvial, controlo de cheias e inundações, criação ou reforço de estruturas defensivas, estruturas de contenção e intervenções em troços terminais de ribeiras.
O.05.02.01.G	Realização	Obras para minimização do impacto de inundações, cheias ou aluviões	Não	Nº	Nº de Obras de desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias e inundações, incluindo, na RAM, obras de hidráulica torrencial (estruturas defensivas ou sistemas de retenção e de regularização reforço em áreas sensíveis, estruturas de contenção e de estabilização de taludes e intervenções nos troços terminais de ribeiras) e ações de desobstrução visando a melhoria do funcionamento hidráulico.
R.05.02.02.P	Resultado	Área para a qual o nível de risco foi reduzido ou eliminado	Sim	Hectares	Área para a qual o nível de risco - de acordo com a classificação de Risco prevista na Diretiva Comunitária 2007/60/CE de 23 de outubro - foi reduzido ou eliminado, tendo por base as cartas de risco de inundações ou, no caso da RAM, as zonas críticas identificadas no WISE, em cartografia de risco produzida no âmbito da Diretiva Comunitária 2007/60/CE ou zonas para as quais tenham sido identificadas consequências prejudiciais para a população, património, atividade económica e ambiente, devendo em qualquer dos casos ser demonstrado qual o fator sobre o qual a(s) medida(s) incidem e o contributo para a diminuição do nível do risco. Diminuição do risco deve ser confirmada por parecer ex-post da APA ou, na RAM, pela SRA/DROTA.